



COLINAS GREEN TOWER
Av. São João, 2200, Sala 401, Jd. das Colinas
12242-000 - São José dos Campos/SP

Tel: +55 12 3904-3950 | Whatsapp: +55 12 99744-2267
diretoria@contabilidadefn.com.br

Associação Alpha para Educação Especial

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ContabilidadeFN

Associação Alpha para Educação Especial

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração do fluxo de caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Diretores da
Associação Alpha para Educação Especial
São José dos Campos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Alpha para Educação Especial ("Associação") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Associações sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Associações sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

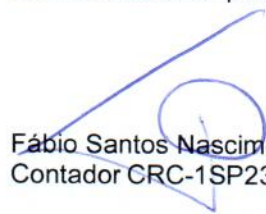
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José dos Campos, 29 de Abril de 2022.


Fábio Santos Nascimento
Contador CRC-1SP237244/O-8

ASSOCIAÇÃO ALPHA PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em Reais)

Ativo		Passivo e patrimônio social					
Nota explicativa		Nota explicativa					
2021		2020					
Circulante		Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.599.115	2.367.824	Fornecedores	6	175.502	526.121
Contas a Receber		175.308	107.579	Obrigações tributárias		37.365	53.527
Despesas Antecipadas		206.164	129.711	Empréstimos e financiamentos	7	64.194	157.401
Outros Ativos		52.779	115.381	Obrigações trabalhistas	8	362.888	344.322
		2.033.366	2.720.495	Contas a pagar		8.253	14.853
						648.201	1.096.222
Não circulante		Não circulante					
Imobilizado	5	1.876.482	205.450	Empréstimos e financiamentos	7	29.209	-
Intangível		2.098	2.359			29.209	-
		1.878.580	207.809				
		3.911.946	2.928.304				
Total do ativo				Total do passivo		3.911.946	2.928.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO ALPHA PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2021
Receitas		
Mensalidades	10	10.371.886
Doações Clube dos Sonhos	11	1.221.668
Doações Editais e Patrocínios	12	323.876
Doações Diversas	13	1.915.763
Doações Apoio	14	122.064
Doações Eventos		63.565
Contrato Gestão CMDCA		496.067
Serviços de Treinamento		57.185
Receitas da atividade		14.572.073
Receitas com Gratuidades	15	1.825.830
Receitas com Gratuidades		1.825.830
(-) Deduções Receitas com Gratuidades		(1.825.830)
(-) Abatimentos concedidos		(4.025.453)
(-) Custos de gratuidades		(5.851.283)
Custos com atividades educacionais	16	(5.918.787)
Gratuidades com bolsistas		(110.400)
Projetos com escolas públicas	17	(7.100)
(-) Custos da atividade		(6.036.287)
(=) Superávit bruto		4.510.333
Despesas operacionais		
Despesas operacionais	20	(2.944.317)
Outras receitas/(despesas)		17.780
Receitas/(Despesas financeiras e Tributárias)		(111.877)
Total de despesas operacionais		(3.038.414)
(=) Superávit do exercício		1.471.919

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO ALPHA PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em Reais)

	Patrimônio Social	Superavit ou Deficit do Exercicio	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	364.608	1.467.473	1.832.082
Ajustes saldos periodos anteriores		(69.465)	(69.465)
Superávit do exercício	-	1.471.919	1.471.919
Saldos em 31 de dezembro de 2021	364.608	2.869.927	3.234.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO ALPHA PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em Reais)

	<u>2021</u>
Superávit/(-) Déficit do exercício	1.471.919
Depreciação e amortização	72.251
Superávit ajustado	1.544.170
(Aumento)/redução em Ativos	
Contas a receber	(42.450)
Outros Créditos	(2.213)
Despesas antecipadas	(76.453)
Empréstimos e Cauções	39.535
Aumento/(redução) em passivos	
Fornecedores	(350.619)
Obrigações tributárias/Trabalhistas	2.404
Outras contas a pagar	(6.599)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(436.394)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Compra de ativo imobilizado	(1.743.022)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(1.743.022)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Empréstimos e financiamentos	(63.998)
Ajustes períodos anteriores	(69.465)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(133.463)
(=) Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(768.709)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	2.367.824
Caixa e equivalente de caixa no final do período	1.599.115
(=) Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(768.709)

 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO ALPHA PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Alpha para Educação Especial é instituída como Entidade Civil de direito privado sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na rua Clóvis Bevilacqua, 868, Jardim Esplanada.

Constituída em 08 de outubro de 2013, a AAEE desenvolve suas atividades com a finalidade de buscar soluções de impacto social através da educação. A AAEE desenvolve projetos e abre oportunidades em várias frentes, tendo um olhar especial para projetos envolvendo Escolas Públicas com foco principal nas áreas: STEM, Arte e cultura, empreendedorismo, esporte, sustentabilidade, saúde, etc - todas conectadas com o Projeto Escola.

Essas frentes de atuação da AAEE que gera estruturas educacionais inovadoras e apoio ao ensino de estudantes com altas habilidades propiciando a formação de lideranças transformadoras e éticas entre jovens e crianças talentosas advindos principalmente de escolas públicas e de baixa renda. A AAEE identifica, seleciona e estimula esses estudantes preparando-os para ingressarem nas melhores universidades do Brasil e do mundo e colocarem seus talentos a serviço da sociedade. Este é o processo de transformação social promovido pelo AAEE.

O AAEE tem como apoio de custeio do projeto o programa nomeado de “Clube dos Sonhos” que é realizado visando a captação de bolsas de estudos financiadas por empresários, por pagamento de contribuições mensais dos estudantes não bolsistas ou bolsistas parciais, por meio de doações e mensalidades recebidas de apoiadores das famílias destinados a custear o estudante específico, e, por fim, a partir da captação de recursos financeiros (editais) e não financeiros para projetos determinados e doações (financeiras ou de bens) recebidas sem destino específico.

A AAEE É detentora do título de CMDCA, (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), órgão paritário que conta com a participação da sociedade civil e do Poder Executivo Municipal. Ele propõe, delibera e controla as políticas públicas municipais voltadas para a proteção social e garantia de oportunidades de acesso para crianças e adolescentes.

Outros títulos como Utilidade Pública Municipal e Entidade Filantrópica são mais exemplos de reconhecimentos das ações positivas em favor da sociedade promovidas pelo AAEE.

A entidade tem como objetivo a obtenção do certificado CEBAS. Concedido pelo Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Agrário e da Saúde, às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social que prestem serviços nas áreas de educação, assistência social ou saúde.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras do AAEE para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e orientações aplicáveis a pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), bem como a

interpretação técnica ITG 2020 – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 1.409/12.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado em contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da AAEE é o Real.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

3.2. Apuração do resultado

As receitas oriundas de contribuição e doações voluntárias são registradas em seu período de competência, conforme determinado pela ITG 2002 (Entidade sem fins lucrativos) do CFC, mediante documento hábil e recebimento efetivo da doação.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

3.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

3.4.1. Ativos financeiros

3.4.1.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Associação para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Associação tenha aplicado o expediente prático, a Associação inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Associação tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo como CPC 47 / IFRS 15 –

Receita de Contrato com Cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “somente pagamentos da principal e juros” (“SPPJ”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste SPPJ e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPJ são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios.

O modelo de negócios da Associação para administrar ativos financeiros refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócio cujo o objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo o objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descasamento contábil.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a Associação se compromete a comprar ou vender o ativo.

3.4.1.2. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao VJORA com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao VJORA sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento da sua baixa (instrumentos patrimoniais); ou
- Ativos financeiros ao VJR.

3.4.1.2.1. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Associação ao custo amortizado incluem Contas a receber e Outros Ativos.

3.4.1.2.2. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões

por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no justo valor são reconhecidas em ORA. No momento da baixa, a variação do valor justo acumulada reconhecida em ORA é reclassificada para o resultado.

A Associação não possui ativos financeiros ao VJORA.

3.4.1.2.3. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos patrimoniais)

Após o reconhecimento inicial, a Associação pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39 / IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Associação se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em ORA. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

A Associação não possui investimentos classificados nesta categoria.

3.4.1.2.4. Ativos financeiros ao VJR

Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

A Associação não possui ativos classificados nesta categoria.

3.4.1.3. Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado (ou seja, retirado do balanço patrimonial da Associação) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou
- A Associação transferiu seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (a) a Associação transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Associação não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Associação transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Associação continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Associação também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Associação.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor

valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a Associação pode ser obrigada a restituir.

3.4.1.4. Perda por redução ao valor recuperável ("Impairment") de ativos financeiros

A Associação reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao VJR. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Associação espera receber, descontados a uma taxa que se aproxime da taxa efetiva de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

A Associação aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Associação não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição em cada data-base. A Associação estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Associação aplica a abordagem simplificada Contas a Receber e Outros Ativos.

2. Passivos financeiros

3.4.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis.

3.4.2.2. Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

3.4.2.2.1. Passivos financeiros ao VJR

Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Associação que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 / IFRS 9 forem atendidos.

A Associação não possui passivos financeiros ao VJR.

3.4.2.2.2. Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa efetiva de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria inclui Fornecedores e Mútuo com partes relacionadas.

3.4.2.3. Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

A taxa de desconto cobrada pela antecipação aos clientes de seus recebíveis parcelados é mensurada pela diferença entre o valor original devido ao cliente, líquido de comissões e taxas cobradas, e o valor pré-pago. A receita financeira é reconhecida uma vez que o cliente tenha escolhido o recebimento como sendo antecipado.

3.4.3. Valor justo de instrumentos financeiros

A Associação mensura instrumentos financeiros tais como derivativos, a valor justo a cada data-base.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorra:

- No mercado principal do ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pela Associação.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico.

A Associação utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo:

A Associação utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Associação determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base.

3.4.4. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.4.5. Instrumentos financeiros derivativos

De tempos em tempos, a Associação utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de moeda do tipo 'non-deliverable forward', para proteger seus riscos à moeda estrangeira.

Instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, reavaliados ao seu valor justo. Derivativos são considerados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos são levados diretamente ao resultado.

A Associação não aplica contabilidade de hedge.

Em 31 de dezembro de 2021, a Associação não possui instrumentos financeiros derivativos.

3.4.6. Ativo imobilizado

O imobilizado está representado pelos bens adquiridos pela AAEE ou recebidos em doação. O imobilizado é mensurado ao seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, se aplicável, líquido de créditos de impostos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão à AAEE, e que o custo do item seja relevante e que possa ser mensurado com segurança. Todos os outros gastos com reparos e manutenção são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado a

seguir:

Vida útil estimada (anos)

Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Instalações	10
Bibliotecas	10

Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de depreciação / amortização dos ativos são revisados, a cada data-base, e ajustados de forma prospectiva, quando apropriado. Ganhos e perdas em alienações ou baixa são determinados pela comparação dos resultados da venda (se houver) com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

3.4.7. Benefícios a empregados - Obrigações de curto prazo

Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados como despesa conforme o serviço relacionado é fornecido.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bônus em dinheiro ou participação nos resultados de curto prazo se a AAEE tiver uma obrigação legal ou não formalizada de pagar devido aos serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser estimada de forma confiável.

3.4.8. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da AAEE. A receita da AAEE é proveniente de mensalidades e doações. A AAEE registra também as receitas com gratuidades concedidas através de bolsa de estudos valendo-se, nesse caso dos procedimentos próprios para esse fim definidos na legislação federal do CEBAS.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3.4.9. Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes

3.4.10. Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

3.4.11. Redução ao Valor Recuperável

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por desvalorização sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor

contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por desvalorização é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

3.4.12. Despesas antecipadas

Despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial e representam os recursos em despesas do exercício seguinte. Essas despesas incluem os gastos relacionados ao seguro predial.

3.4.13. Tributos incidentes sobre as atividades

A AAEE é uma entidade sem fins lucrativos, a AAEE goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/1999, e o artigo 195 da Constituição Federal. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Associação, destacamos os seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% sobre o montante da folha de pagamento; (b) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de aplicações financeiras - imune, sendo fornecida declaração às instituições financeiras confirmando tratar-se de Entidade sem fins lucrativos; (c) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - imune sobre as receitas próprias de sua atividade social; (d) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - imune sobre as receitas de suas atividades descritas em seu estatuto, e tributadas quando exigidas pela legislação; e (e) Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) imposto incide sobre a transmissão de qualquer bem ou direito havido (Lei 10.705/00, art. 2º).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2021</u>
Caixa e Bancos	133.595,25
Aplicações Financeiras	<u>1.465.519,56</u>
	<u><u>1.599.114,81</u></u>

A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" são compostas por recursos provenientes de:

- Recursos próprios: composto de recebimentos de Mensalidades
- Recursos provenientes de editais de projetos e de doações de pessoas físicas e jurídicas.

5. IMOBILIZADO

Imobilizado

CUSTO

	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Máquinas e Equipamentos	11.715	5438,98	17.154
Móveis e utensílios	60.372	133.628	194.000
Computadores e Periféricos	159.220	2.500	161.720
Instalações	26.109	35.000	61.109
Veículos	0	23.000	23.000
Onibus	0	210.000	210.000
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	0	1.333.454	1.333.454
Bibliotecas	5.108	0	5.108
Marcas e Patentes / Software	8.195	0	8.195
TOTAL	270.719	1.743.022	2.013.741

DEPRECIACÃO

	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Máquinas e Equipamentos	(1.709)	(1.262)	(2.971)
Móveis e utensílios	(13.537)	(16.526)	(30.063)
Computadores e Periféricos	(31.189)	(31.668)	(62.857)
Instalações	(9.099)	(6.068)	(15.167)
Veículos	-	(1.917)	(1.917)
Onibus	0	(13.125)	(13.125)
Bibliotecas	(1.540)	(1.423)	(2.963)
Marcas e Patentes / Software	(5.836)	(262)	(6.097)
TOTAL	(62.910)	(72.251)	(135.161)
Imobilizado líquido	207.809	63.822	1.878.580

A rubrica "Imobilizado", é composta de bens adquiridos e recebidos por doação destinados as atividades operacionais da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2021, não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos.

6. FORNECEDORES

	2021	2020
Fornecedores	175.501,60	526.120,59
	<u>175.501,60</u>	<u>526.120,59</u>

A rubrica "Fornecedores, é composta pela aquisição de materiais e serviços ligados às atividades da Associação.

7. EMPRÉSTIMOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Empréstimos e financiamentos	<u>93.402,70</u>	<u>157.400,53</u>
	<u>93.402,70</u>	<u>157.400,53</u>

A rubrica "Empréstimos e financiamentos", registrada no valor de R\$ 93.402,70 em 2021 é composta pela aquisição em 2020 de empréstimos a título de capital de giro para quitação de folha de pagamento.

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários a pagar	135.866	89.836
Férias a pagar	5	834
Rescisões a pagar	380	396
Rendimento Autônomo a Pagar	3.013	3.213
INSS a pagar	40.075	52.225
FGTS a pagar	20.746	15.068
PIS s/ folha a pagar	0	2.089
Prov. Férias Adquirida	150.573	134.341
Prov. FGTS s/ Férias Adquirida	12.230	10.369
Prov. INSS s/ Férias Adquirida	0	34.658
Prov. PIS s/ Férias Adquirida	<u>0</u>	<u>1.293</u>
	<u>362.888</u>	<u>344.322</u>

Em dezembro de 2020, a entidade contava com 96 funcionários e 8 estagiários, já em dezembro de 2021 a entidade continha em sua folha 103 funcionários.

09. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Patrimônio Social	364.608,47	364.608,47
Superávit acumulado	<u>2.869.927,42</u>	<u>1.467.473,38</u>
	<u>3.234.535,89</u>	<u>1.832.081,85</u>

A rubrica “Patrimônio líquido” registrada no valor de R\$ 3.234.535,89 em 2021 (R\$ 1.832.081,85 em 2020) é composta pelos superávits acumulados pela entidade até o exercício de 2021.

10. MENSALIDADES

O financiamento da Associação é misto – parte é oriundo de mensalidades e parte de doações/editais.

Quanto as mensalidades, essas são contabilizadas pelo regime da competência, de acordo com a NBC T 10.19.2.1 e ITG 2002 (item 8) pois os valores das mensalidades são faturados no mês corrente no qual o aluno se encontra (paripassu a prestação do serviço) e o registro contábil é feito a partir dessa fatura.

As famílias contribuem suas mensalidades através da emissão de boletos.

11. DOAÇÕES CLUBE DOS SONHOS

O Clube dos Sonhos é um programa de doações feitas por empresários para viabilizar o atendimento (estudo) dos alunos bolsistas.

Entre os principais apoiadores destacam-se os sócios da Stone Pagamentos S.A. (através da Zurich Participações e Representações Ltda). Esses, em especial o apoiador André Street, viabilizam através das suas doações a realização dos projetos e o custeio dos alunos bolsistas.

Também destacamos o esforço empreendido pelo AAEE no sentido de angariar outros empresários além dos já costumeiros apoiadores (Stone e Thomaz).

12. DOAÇÕES EDITAIS

O Alpha Lumen busca participar de editais para o custeio dos projetos com as escolas públicas.

13. DOAÇÕES DIVERSAS

O AAEE recebe uma quantidade significativa de doações sem fonte definida, isso é evidenciado pelo extrato bancário, subsídio para a elaboração dessas demonstrações, no qual é possível observar uma gama de TEDs e DOCs de valores reduzidos realizados ao longo de cada mês.

Ademais, as famílias das crianças atendidas pelo projeto são incentivadas a buscarem doações para o projeto dentro de suas redes de contato ou mesmo familiares quando assim for possível.

A contabilização das doações é feita nos seus recebimentos efetivos e, portanto, pela sua competência.

14. DOAÇÕES APOIO

As doações de Apoio entram no contexto do apoio institucional dado para a contratação de consultores, de marca e financeiro, para colaborarem com a estruturação dos setores de Marketing e Finanças da Instituição.

15. GRATUIDADES E OUTRAS BOLSAS

As bolsas de estudo concedidas pelo Instituto Alpha Lumen no período de 2021 foram concedidas seguindo rigoroso processo de seleção no qual foram observadas não só as questões acadêmicas relativas a cada aluno bem como as socioeconômicas.

Ressalta-se que a seleção foi feita sem qualquer forma de discriminação, segregação ou diferenciação, sendo vedada também a utilização de critérios étnicos, religiosos, corporativos, políticos, ou quaisquer outros que afrontem esse princípio.

Para fins da auditoria do cálculo executado para se computar as bolsas, dividimos as bolsas concedidas nas seguintes 3 categorias:

1. Bolsas Integrais CEBAS

- Para essas bolsas usamos a documentação interna (que contém os devidos questionários socioeconômicos e termos exigidos pelo MEC) para comprovar o número de bolsas integrais (em tempo integral) concedidas para indivíduos oriundos de condição socioeconômica (de até 1,5 salários mínimos mensais per capita) de acordo com o critério definido na Lei no 12.101, de 2009.
- Por se tratarem de bolsistas em tempo integral, multiplicamos esse número de alunos pelo fator 1,4 conforme Art. 13, §4º, II, da Lei 12.101/2009.
- Multiplica-se a isso o número de meses do ano (12) e o valor médio (média das médias mensais – conforme orientação dada pela auditoria) da mensalidade dos alunos pagantes.

2. Bolsas parciais CEBAS

- Para essas bolsas usamos a documentação interna (que contém os devidos questionários socioeconômicos e termos exigidos pelo MEC) para comprovar o número de bolsas parciais concedidas para indivíduos oriundos de condição socioeconômica (entre 1,5 e 3 salários mínimos mensais per capita) de acordo com o critério definido na Lei no 12.101, de 2009.
- Por se tratarem de bolsistas parciais, multiplicamos esse número de alunos pelo fator 0,5 (pois subentende-se que a outra metade da mensalidade foi paga e, portanto, não se pode computar o valor cheio como gratuidade).
- Multiplica-se a isso o número de meses do ano (12) e o valor médio (média das médias mensais – conforme orientação dada pela auditoria) da mensalidade dos alunos pagantes.

3. Inadimplências

- Cálculo feito de acordo com as mensalidades em aberto.

Para consulta, segue o link da portaria normativa e da Lei que embasam o cálculo:

- PORTARIA NORMATIVA MEC Nº - 15, DE 11 DE AGOSTO DE 2017:
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=12&data=14/08/2017>
- LEI Nº 12.101, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm

15.1 Detalhamento do cálculo das gratuidades no exercício.

Com base na legislação aplicável apresentamos as bases para o cálculo da gratuidade da AAEE ref. ao ano de 2021.

Composição

Cálculo Alpha					
Mês	Faturamento	Número de Notas Mês	Média	Total Bolsa Integral	Total Bolsa Parcial
Janeiro	833.49	489	1,70	128.86	23,01
Fevereiro	864.46	508	1,70	128.65	22,97
Março	901.08	523	1,72	130.25	23.26
Abril	871.20	511	1,70	128.89	23.02
Maio	867.54	510	1,70	128.60	22.96
Junho	871.59	512	1,70	128.70	22.98
Julho	881.89	507	1,74	131.50	23.48
Agosto	861.89	505	1,71	129.03	23,04
Setembro	861.72	506	1,70	128.75	22,99
Outubro	857.23	503	1,70	128.84	23,01
Novembro	857.23	503	1,70	128.84	23,01
Dezembro	858.64	506	1,70	128.29	22.91
Total	10.387,97	6.083	20,49 /5	1.549,19	276,64
(a)					
Bolsas	Classificação Relatório de Bolsistas	Número de Bolsas	Fator Bolsa Integral (x 1,4)	Fator Bolsa Parcial (x 0,5)	Valor Contábil
Gratuidades - Integral Cebas	Integral Integral	54	1.549,19	-	1.549,19
Gratuidades - Parcial Cebas	Parcial Cebas	27	-	276.64	276.64
Total Gratuidades Cebas		81	1.549,19	276.64	1.825,83 /1
(b)					

16. CUSTO DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS

	2021
Salários e adicionais	2.570.272,08
Encargos Sociais	318.993,48
Transportes/Viagens	11.718,53
Material Didáticos/Uniformes/Pedagógico	214.500,59
Ajuda de Custo de Voluntários	87.389,89
Atividades Psicossociais	147.199,14
Eventos/Alimentação	215.251,84
Outros Custos com Atividades Educacionais	1.455.750,76
Bolsas de Estudos	490.545,70
Serviços de Pessoa Física	407.165,32
	<u>5.918.787,33</u>

Nessa conta, computamos os custos com as atividades educacionais da AAEE.

17. PROJETOS COM ESCOLAS PÚBLICAS

	2021
Material	
Didáticos/Uniforme	350,00
Atividades Psicossociais	980,85
Eventos/Viagens	5.769,31
	<u>7.100,16</u>

A redução da conta é devida à diminuição dos eventos da AAEE considerando as restrições impostas pela COVID 19.

20. DESPESAS OPERACIONAIS

	2021
Bens pequeno valor/Bens materiais de consumo	13.368,68
Alugueis/Condomínios	286.235,94
Manutenção Predial/Jardim	248.747,34
Depreciações e Amortizações/Seguros	77.352,68
Viagens e Estadias/Aliment. Viagens/Combustíveis	22.888,28
Propaganda/Publicidade	265.673,55
Eventos/Confraternização/Reuniões/Doações e Brindes	328.909,76
Serviços de Terceiros	1.439.861,72
Outras despesas Administrativas	261.279,46
	<u>2.944.317,41</u>

21. CNPJ FILIAL

A Alpha Lumen se divide em dois CNPJs:

- 19.136.655/0001-10 (matriz)
- 19.136.655/0002-09 (filial)
- 19.136.655/0003-81 (filial)

As demonstrações aqui analisadas e os balancetes de suporte tratam-se dos consolidados. Ademais, a movimentação financeira do CNPJ filial é bastante inferior se comparado ao CNPJ matriz.

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos a Associação revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Associação e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Associação realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Associação é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Associação monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros, primando pela equiparação dos indexadores.

Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Associação somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

Risco de liquidez

É o risco de a Associação não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Associação ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Flavio Ernesto de Almeida Eras
CRC 1SP189033/O-8